

# AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como Política Pública.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

Luciana Maria de Jesus Baptista GOMES<sup>1</sup>

Janete Maria Lins de Azevedo é doutora em Ciências Sociais (UNICAMP) e mestra em Sociologia (UFPE). É pesquisadora do CNPq e líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas de Educação. Algumas obras da autora disponíveis na internet são: *Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal*; *A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED*, em parceria com a professora Márcia Ângela Aguiar e *A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico*, com a professora Ana Lúcia Felix dos Santos.

No Prefácio à Segunda Edição, a autora apresenta a educação como prática social que apresenta graves problemas por conta, dentre outros fatores, da inadequação das políticas educativas que estão em ação. Reconhece que as mudanças sociais em curso exigem novas demandas de formação e de conhecimento e destaca o impasse da atualidade: não está se assegurando o direito à escolarização fundamental de qualidade para todos. Isso porque as mudanças sociais impressas pela doutrina neoliberal geram mais desigualdades, atingindo os processos de produção do conhecimento científico, originando novas configurações das práticas sociais. Tudo isso corrobora para a crise paradigmática existente, que coloca na berlinda as referências teórico-metodológicas correntes.

A introdução do livro é composta pela afirmação da Educação como política social, representando a materialidade da intervenção do Estado. Para uma postura analítica das políticas públicas, é importante destacar as três dimensões envolvidas: a primeira dimensão se divide em planos, um mais abstrato e outro mais concreto. No plano mais abstrato são discutidas as estruturas de poder e os

---

1 Licenciatura Plena em Ciências Biológicas (UFRJ), Especialização em Educação Especial – modalidade Deficiência Auditiva (UNIRIO), discente do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências (IFRJ), professora regente de Ciências e de Biologia nas redes estadual e municipal do Rio de Janeiro há mais de 15 anos. Endereço: Rua Afonso Cavalcanti, 455 / 1º, 3º e 4º andares - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 3358-8572. E-mail: <lucianajbg@yahoo.com.br>.

conflitos infiltrados por todo tecido social; no plano mais concreto, discutem-se os recursos de poder que operam na própria definição de políticas públicas e que têm nas instituições do Estado seu principal referente.

A segunda dimensão analítica são as políticas públicas que guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve de si mesma e a terceira dimensão é o aprofundamento da intervenção do Estado na sociedade, que tem sido alvo de questionamentos teóricos e práticos; por meio de uma contextualização histórica, a autora procura mostrar como o Estado se comporta com graus diferentes de intervenção ao longo do tempo, mediante as crises sociais, econômicas e ambientais que vêm ocorrendo e que influenciam as formas de organização sociopolítica do século XX. Assim, as políticas públicas configuram os modos de articulação entre o Estado e a sociedade, apresentando-se plural por causa das diferentes abordagens teórico-metodológicas que lhe servem de suporte.

No primeiro capítulo, é discutida a abordagem neoliberal, contextualizando as raízes do neoliberalismo a partir do liberalismo. Citando Adam Smith e as formulações de Jeremy Bentham e James Hill, a essa concepção utilitarista agrega-se o mercado, sendo compreendido como aquele que pode produzir o bem-estar social. Com a crise econômica da década de 1970, surge o neoliberalismo, apoiado em Hayek e Milton Friedman. Aqui, o Estado é responsável apenas por normas gerais e o mercado é capaz de promover a regulação do capital e do trabalho; *menos Estado e mais mercado* é a máxima. Na esfera da política educacional, o neoliberalismo apregoa que o Estado pode ser responsável por esse setor; a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores importantes para a redução das desigualdades; quanto ao nível básico de ensino, os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades com o setor privado, com um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, enfraquecendo o monopólio estatal, diminuindo o corpo burocrático, a máquina administrativa e, por conseguinte, os gastos públicos. Quanto ao ensino profissionalizante – por ser um meio de valorização do capital humano – deve ser totalmente privatizado. Para os indivíduos sem recursos, mas talentosos, ocorre o financiamento mediante empréstimos públicos ou privados, com os beneficiários pagando suas dívidas depois de suas entradas no mercado de trabalho.

Para os neoliberais, os problemas causadores da crise do sistema educacional são integrantes da própria forma de regulação assumida pelo Estado do século XX. A política educacional será bem-sucedida com a orientação principal dos ditames que regem os mercados. Ocorre, portanto, a adoção do paradigma da qualidade total, que é adotado pelas empresas e agora adotado pelos sistemas de ensino público e privado.

O segundo capítulo apresenta os pressupostos da teoria liberal moderna da cidadania. Constitui uma contraposição à noção de liberdade e os postulados do

individualismo do neoliberalismo, com o papel do Estado de promover o bem-estar comum. As raízes dessa abordagem estão também no liberalismo clássico e nas contribuições de Durkheim e seus seguidores.

Basicamente, amplia-se o poder regulatório do Estado sem suprimir a liberdade individual; ainda assim, o Estado apresenta inúmeros enfoques e vertentes, segundo a abordagem analisada. A abordagem pluralista não questiona a intervenção estatal, mas procura captar o modo como as reivindicações e demandas originadas na estrutura social são processadas pelo sistema público. Já que há uma distribuição desigual de poder, a participação de todos os cidadãos no processo político é imprescindível para todos influenciarem na alocação dos recursos públicos e na construção de uma escala de prioridades para a ação estatal. A abordagem socialdemocrata considera em suas análises as lutas políticas das classes subalternas e o seu poder de conquista; não desconhece os problemas de gestão das políticas, mas não tem por suposto a total substituição do Estado pelo mercado como modo de resolvê-los.

O terceiro capítulo é reservado para a abordagem marxista. Destaca, a princípio, que o marxismo não pode ser tomado como uma simples abordagem, justamente por ser um paradigma de onde parte um leque de tendências e teorias. Como se ressalta, o próprio Karl Marx não teve a preocupação particular em analisar as políticas sociais do capitalismo; sua intenção era encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e bem-estar dos seres humanos, mostrando as raízes da desigualdade e da exploração. No texto *A Crítica ao Programa de GOTHHA* (1979), Marx compreende a educação como um dos instrumentos de apoio na organização e na luta do proletariado contra a burguesia, ao mesmo tempo em que questiona o papel do Estado burguês como o responsável pela educação popular. As ações do Estado consistem na imposição e na garantia duradoura de regras que institucionalizem as relações de classe próprias de uma sociedade capitalista. A política educacional se torna um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho segundo os parâmetros próprios do capitalismo. Portanto, a regulação estatal sobre a educação, conjugada com outras políticas públicas, torna-se uma das estratégias para regular e manter a possibilidade e continuidade do trabalho assalariado.

No quarto capítulo, a autora pontua que a política educacional é consequência do viés que se dá às políticas públicas. Pela ação do Estado, pode-se identificar o grau de importância das diversas áreas e setores. Assim, a política surge por uma questão que se torna socialmente problematizada e os grupos sociais lutam para que suas demandas sejam atendidas pelos governos. Para compreender o padrão que assume uma determinada política com uma determinada solução, é importante considerar as influências dos setores e dos grupos que atuam nestes setores. Há uma dimensão ideológica que envolve o estudo das políticas públicas, pontuada nos trabalhos de Habermas (1975), Poulantzas (1978 e 1980) e Offe (1984). O cotidiano escolar é o espaço final onde ocorre a concretude do programa de ação de uma política.

Concluindo seu texto, a autora reforça que as políticas são fruto da ação humana e, por conseguinte, dependem do próprio sistema de representações sociais. São os diferentes atores sociais que embatem com os fazedores de política, com suas perspectivas e apoio a algum tipo de definição do social da realidade. Constitui-se, dessa forma, em uma relação intrínseca entre como os interesses sociais se articulam e os padrões que dão o aspecto a uma política.

O livro se delinea por meio do pensamento de uma política educacional que, como toda política pública, reflete o *status quo* estabelecido pelo Estado, mercado e sociedade, proporcionando ao leitor a oportunidade de conhecer as abordagens sociais e suas intersecções que corroboram para o direcionamento da Educação.

Paulatinamente, como acompanhado em nosso país e também em outros, observa-se uma lista de objetivos implantados por meio de decretos, leis e outros artifícios legais: o cumprimento de metas, a otimização de salas e de escolas, com a realocação dos profissionais da educação para a redução de custos para o Estado, além de avaliações externas que estabelecem bonificações para escolas consideradas bem-sucedidas. É a macropolítica transnacional que foi instituída, que se adapta a cada sociedade, mas que ainda assim consegue cumprir seu objetivo em defesa da coerência mercadológica neoliberal; a própria autora reconhece a vitória do neoliberalismo nos campos cultural e ideológico, ao convencer a sociedade de que não há alternativas para a organização e as práticas sociais.

A autora se apoia em referencial teórico que permite o aprofundamento do que foi transcorrido, possibilitando uma busca mais refinada para os leitores. O livro objetiva proporcionar conhecimento sobre como a educação pode ser apresentada em diferentes vertentes, a fim de cumprir também diferentes objetivos, mantendo ou questionando a política vigente; este livro não se encerra por si só, é um convite para conhecer mais sobre as tendências políticas que influenciam a educação enquanto política pública.

Ao encerrar esta resenha, destaco a importância da obra para os pesquisadores, educadores e estudantes que estão interessados em conhecer e/ou sedimentar conhecimentos sobre o campo das pesquisas das políticas educacionais.

Como indicações de leitura, cito *Investigação sobre Políticas Educacionais: terreno de contestação*, de Jennyfer Ozga, Porto: Editora Porto, 2000 e *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, São Paulo: Cortez, 2011, organizado por Stephen J. Ball e Jefferson Mainardes. No primeiro livro, a autora reflete sobre a Educação como um terreno dinâmico de embate de diversos atores sociais e no segundo livro há uma compilação de artigos que estimulam a reflexão sobre a necessidade deste campo de pesquisa, no Brasil, de ampliação em termos de fundamentação teórica, com olhar também para a produção internacional da área.

Recebimento em: 28/02/2013.

Aceite em: 08/05/2013.